

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.352 - MG (2019/0316443-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE** : **BRUNO EMANUEL AMADOR DE OLIVEIRA (PRESO)**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRENTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO** : **OS MESMOS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (e-STJ fls. 715/721), com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, cuja ementa, na parte que interessa, é a seguinte (e-STJ fl. 684):

*APELAÇÃO - ROUBO MAJORADO - MATERIALIDADE E AUTORIA - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - MAJORANTE DO CONCURSO DE PESSOAS - INCIDÊNCIA - DECLASSIFICAÇÃO PARA A MODALIDADE TENTADA - INVIABILIDADE - CORRUPÇÃO DE MENORES - CRIME FORMAL - DESNECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DA EFETIVA CORRUPÇÃO DO ADOLESCENTE - MENORIDADE ATESTADA POR MEIO DE DOCUMENTO HÁBIL - CRIME DE FALSA IDENTIDADE - ATIPICIDADE DA CONDUTA - ABSOLVIÇÃO - AGRAVANTE DE REINCIDÊNCIA - MANUTENÇÃO - CONFISSÃO ESPONTÂNEA - INOCORRÊNCIA - CONCURSO FORMAL DE CRIMES - RECONHECIMENTO.*

[...]

*6- O especial fim de agir insculpido no art. 307 do Código Penal não se configura quando há a atribuição de nome falso apenas no momento da abordagem da Polícia Militar, não mantendo a falsa identidade quando da lavratura do Boletim de Ocorrência, do Auto de Prisão em Flagrante e demais atos processuais.*

[...]

Interpostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fls. 750/756).

Nas razões do recurso especial, alega a parte recorrente violação do artigo 307 do CP. Sustenta que *o delito de falsa identidade é crime formal*,

# *Superior Tribunal de Justiça*

*que consuma-se no momento em que o agente fornece, consciente e voluntariamente, dados inexatos sobre sua real identidade à autoridade policial, e, portanto, Independe da ocorrência de resultado naturalístico como se deu no caso vertente (e-STJ fls. 769).*

Os autos foram, então, encaminhados à vice-presidência do Tribunal local, que determinou a sua remessa ao Órgão Julgador para que houvesse a reapreciação da matéria, nos termos do art. 1.030, inciso II, do CPC, tendo em vista a divergência com a orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp n. 1362524/MG (e-STJ fls. 790/791). Em juízo de retratação, o Tribunal de origem manteve o entendimento adotado no acórdão recorrido (e-STJ fls. 796/806), seguindo-se juízo positivo de admissibilidade do recurso especial (e-STJ fls. 812/816).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (e-STJ fls. 832/840).

É o relatório. **Decido.**

O recurso merece acolhida.

O Tribunal a quo, ao absolver o acusado do delito de falsa identidade, consignou que *Bruno Emanuel Amador de Oliveira teria atribuído a si identidade falsa apenas no momento da abordagem dos Policias Militares, sendo a verdadeira identidade revelada já na lavratura do Boletim de Ocorrência, e, por conseguinte, no Auto de Prisão em Flagrante Delito* (e-STJ fls. 698). Assim, sua conduta sera atípica, porquanto não teria ofendido o bem jurídico tutelado.

Ora, tal entendimento encontra-se contrário a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça no sentido de que *tratando-se o delito previsto no art. 307 do CP, de crime formal, é desnecessária a consumação de obtenção da vantagem própria ou de outrem, ou mesmo a ocorrência de danos a terceiros* (AgRg no REsp 1697955/ES, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 23/04/2018).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, considerando que o acusado, ao ser abordado por policiais militares, se identificou como "Thiago Bessoni de Oliveira" - conforme assentado no próprio acórdão -, restou inequivocamente caracterizado, na hipótese, o delito de falsa identidade.

Salienta-se que a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1.362.524/MG (Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 2/5/2014), sob o rito do art. 543-C, c/c o § 3º do CPP, consolidou entendimento no sentido de que típica é a conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial, ainda que em situação de alegada autodefesa (art. 307 do CP). A matéria, aliás, está sumulada no âmbito desta Corte, no enunciado n. 522/STJ (*A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa*).

Assim, correta a condenação do acusado pela prática do crime do art. 307 do CP.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, e no art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ, **dou provimento** ao recurso especial para restabelecer a sentença condenatória em relação ao delito do art. 307 do CP.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator